

Relatório de Verificação das Emissões Baseadas no *Green Finance Framework* da Eletrobras

Operação Financeira	Valor (R\$)	Data de Emissão	Data de Vencimento
1ª Série da 3ª Emissão de Debêntures Simples, dividida em duas séries, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil – Eletrobras CGT Eletrosul	185.000.000,00	15/09/2021	15/09/2029

Alinhamento com ODS:



Alinhamento com categorias GBP/GLP:

Energia Renovável

Verificação do alinhamento aos critérios de 'Uso dos Recursos' definidos no *Framework*

- Os recursos captados pela 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrosul foram alocados em nove projetos de melhorias de infraestruturas e reforços de subestações e seccionamento de linhas de transmissão da Companhia.
- Até 31 de dezembro de 2024, a CGT Eletrobras informou ter investido R\$ 180.860.000,00 dos R\$ 185.000.000,00 captados pela emissão da debênture. A alocação completa dos recursos captados pode ocorrer até o vencimento da emissão, conforme definido no *Framework* da Companhia.
- A Eletrobras informou o envio de documento sobre a Alocação dos Recursos ao Agente Fiduciário, o qual a ERM teve acesso, comprovando a destinação dos recursos conforme verificado no Relatório de Finanças Sustentáveis da Eletrosul de 2024 e como descrito a escritura da emissão.

Dessa forma, a ERM verificou que o Uso de Recursos está alinhado ao *Green Finance Framework* da Eletrobras.

Verificação do alinhamento aos critérios de 'Seleção e Avaliação dos Projetos' definidos no *Framework*

- Não houve modificação nos projetos elegíveis financiados pela emissão e, portanto, o processo de seleção e avaliação verificado pela ERM nos relatórios de verificação anual da emissão permanecem válidos.
- A ERM verificou que os empreendimentos que compõem os projetos elegíveis para financiamento da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da Eletrosul estão em conformidade ambiental e regulatória. Verificou-se a validade das documentações cabíveis apresentadas pela Companhia.

Dessa forma, a ERM verificou que o processo de Seleção e Avaliação dos Projetos está alinhado ao *Green Finance Framework* da Eletrobras.

Verificação do alinhamento aos critérios de 'Gestão dos Recursos' definidos no *Framework*

- A 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrosul são Debêntures incentivadas, nos termos da Lei nº 12.431, de modo que não há possibilidade de a Companhia direcionar os recursos captados para outros projetos não elegíveis.
- A Eletrobras demonstrou um lastro de R\$ 110.996.275,51 investidos em instrumentos de alocação temporária elegíveis de acordo com o *Framework*, quantia suficiente para cobrir os R\$ 4.140.000,00 faltantes para a alocação total dos recursos. A Eletrobras indicou que os recursos remanescentes serão alocados até o final de 2027, prazo de acordo com o definido no *Framework*.

Dessa forma, a ERM verificou que o processo de Gestão dos Recursos está alinhado ao *Green Finance Framework* da Eletrobras.

Verificação do alinhamento aos critérios de 'Relato' definidos no *Framework*

- A Eletrobras reportou os indicadores de alocação de recursos ao Agente Fiduciário por meio de documento específico, o qual a ERM teve acesso, além de ter reportado ao público no Relatório de Finanças Sustentáveis da Eletrosul de 2024, publicado no *website* da empresa.
- O *Framework* da Eletrobras estabelece a divulgação de indicadores sobre a alocação dos recursos e sobre os impactos dos projetos elegíveis. A ERM analisou o Relatório de Finanças Sustentáveis da CGT Eletrosul e o Relatório Anual da Eletrobras, ambos referentes a 2024. Dos nove indicadores sobre a alocação dos recursos, a ERM verificou o relato de sete indicadores. Já sobre os indicadores de impacto, todos os seis indicadores revistos foram relatados.

Dessa forma, a ERM verificou que o processo de Relato está alinhado ao *Green Finance Framework* da Eletrobras.

DETALHES DO DOCUMENTO

TÍTULO DO DOCUMENTO	Relatório de Verificação das Emissões Baseadas no Green Finance Framework da Eletrobras.
DATA	11 de novembro de 2025.
AUTOR	Frederico Seifert; Camila Toigo; Felipe Alves.
NOME DO CLIENTE	Eletrobras.

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Relatório de Verificação das Emissões Baseadas no Green Finance Framework da Eletrobras.



Felipe Silva Alves
Consulting Associate



Frederico Seifert
Consulting Partner



Camila Toigo
Manager - Principal Consultant

ERM Brasil Ltda.

Avenida Luis Carlos Berrini, nº 105 - Edifício Thera Corporate, cj 171 - Cidade Monções - São Paulo - Estado de São Paulo.

São Paulo, 11 de novembro de 2025

© Direitos autorais 2025 pelo ERM International Group Limited e/ou suas afiliadas ('ERM'). Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, sem permissão prévia por escrito da ERM.

SOBRE A ERM

A ERM é uma consultoria líder global em sustentabilidade, com atuação em mais de 70 jurisdições e 8.000 colaboradores a nível global. Dentro de sua atuação em Finanças Sustentáveis, a ERM avaliou 300+ instrumentos financeiros para sustentabilidade, tais como títulos verdes, sociais, sustentáveis, fundos de investimentos sustentáveis e instrumentos ligados a metas. A ERM também é acreditada pela *Climate Bonds Initiative* a nível global e desde 2020 está entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis, conforme a *Environmental Finance*.

SUMÁRIO

ESCOPO	1
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	3
VERIFICAÇÃO	4
USO DE RECURSOS	1
AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS	5
GESTÃO DE RECURSOS	8
RELATO	9
CONTROVÉRSIAS ASG	11
ANEXO I - LISTA DE VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE	12
ANEXO II - MÉTODOS	13

ESCOPO

O objetivo deste Relatório é verificar o alinhamento da 1ª Série da 3ª Emissão Debêntures Simples da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil – Eletrobras CGT Eletrosul (“CGT Eletrosul”; “Companhia”), realizada em 15 de setembro de 2021, baseado no *Green Finance Framework* (GFF) da Eletrobras¹, documento também emitido em 2021 e avaliado externamente por um verificador de segunda opinião especializado².

A 3ª Emissão de Debêntures, divididas em duas séries, da CGT Eletrosul foi a primeira emissão da Companhia baseada no GFF, tendo um valor total captado de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). A 1ª Série da Emissão, considerada verde, somou um valor de R\$ 185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais), sendo tais recursos destinados ao pagamento de custos relacionados ao desenvolvimento, construção e operação de projetos de reforços em subestações e linha de transmissão de energia elétrica da Eletrobras CGT Eletrosul.

A ERM utilizou seu método proprietário de análise, que está alinhado com os *Green Bond Principles*³ (GBP), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁴ (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), *Climate Bond Taxonomy*⁵ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A verificação da ERM é baseada em:

- Verificação da alocação dos recursos de acordo com os documentos relevantes das operações financeiras captadas sob o *Framework*;
- Verificação do alinhamento das operações às diretrizes do *Framework*;
- Pesquisa de controvérsias ASG relacionadas à empresa.

A verificação realizada utilizou informações e documentos fornecidos pela Eletrobras, pesquisa de mesa, e informações e documentos obtidos através da empresa, sendo alguns de caráter confidencial. Esse processo foi realizado entre agosto e setembro de 2025.

O processo de verificação consistiu em:

- Planejamento da verificação;
- Realização da verificação, incluindo a preparação do cliente e obtenção de evidências;
- Elaboração da conclusão da verificação;
- Preparação do relatório de verificação.

A ERM teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas. Contudo, os Relatórios de Finanças Sustentáveis da Eletrobras não foram auditados externamente. Dessa forma, a ERM pôde prover uma verificação com nível limitado de asseguarção em relação à completude, precisão e confiabilidade.

RESPONSABILIDADE DA EMISSORA

¹ [Green Finance Framework da Eletrobras.](#)

² [SPO GFF Eletrobras](#)

³ [Green Bond Principles » ICMA](#)

⁴ [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil](#)

⁵ [Climate Bonds | Climate Bonds Taxonomy](#)

A Eletrobras é responsável pela coleta, preparação e apresentação de forma adequada dos materiais a serem analisados, em linha com os *Green Bond Principles*, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas*, e *Climate Bond Taxonomy*. É de responsabilidade da emissora manter registros apropriados e precisos sobre os dados, de acordo com controles internos concebidos por ela para realizar o acompanhamento das informações necessárias para a execução do processo de pós emissão.

RESPONSABILIDADE DA ERM

Com base nos procedimentos de asseguração limitada realizados e nas evidências obtidas, a ERM é responsável por verificar as informações recebidas e expressar sua conclusão quanto à existência de qualquer aspecto que possa indicar que as informações apresentadas neste Relatório de Verificação estejam imprecisas ou significativamente distorcidas.

USO DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE RELATÓRIO

A Eletrobras é a única responsável pelo uso das informações contidas neste relatório, as quais foram verificadas por meio de procedimentos de asseguração limitada, conforme os termos de engajamento acordados com a Companhia. A ERM não aceita nem assume qualquer responsabilidade pelo uso das informações contidas neste relatório para qualquer outro fim, por qualquer outra pessoa ou organização. A ERM não se responsabiliza, de forma alguma, perante terceiros com os quais o relatório, ou parte dele, seja compartilhado. O uso das informações por terceiros é por sua própria conta e risco.

LIMITAÇÕES

Os procedimentos conduzidos possuem limitações inerentes ao processo de verificação. A seleção das amostras estão sujeitas ao julgamento dos profissionais e serão essencialmente interpretadas de formas distintas.

A ERM considera que as informações fornecidas pela Eletrobras foram fornecidas de boa fé e livre de imprecisões relevantes. Não podemos atestar pela completude ou exatidão dos dados fornecidos. Ademais, os controles e procedimentos internos podem resultar em riscos inevitáveis que são possivelmente relevantes e podem não ter sido detectados.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A ERM não é acionista, investida ou cliente da Eletrobras. Em 2023, a ERM elaborou um Relatório de Verificação sobre o alinhamento da 1ª Série da 3ª Emissão de Debêntures Simples da Eletrobras CGT Eletrosul com *Framework*, documento emitido em 2021, bem como em 2024 elaborou um Relatório de Verificação sobre o alinhamento da 2ª Série da 4ª Emissão de Debêntures da Eletrobras, baseada no *Framework* emitido em 2023. Dessa forma, a ERM declara não possuir conflitos de interesse e está apta a produzir o presente Relatório de Verificação acerca do alinhamento da emissão ao *Framework* da Companhia.

As análises contidas nesse relatório são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Eletrobras. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a ERM⁶ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁶ A responsável final por esse relatório é a ERM Brasil.

VERIFICAÇÃO

Com base nos procedimentos de asseguração limitada e em todos os aspectos materiais verificados, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as informações referentes a 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrosul não estejam em conformidade com os critérios estabelecido com o *Green Finance Framework* da Eletrobras.

O escopo da verificação incluiu as categorias de Uso de Recursos, Avaliação e Seleção dos Projetos, Gestão dos Recursos e Relato.

USO DE RECURSOS

Conforme estabelecido na escritura da emissão⁷ e em alinhamento com o *Green Bond Framework* (GFF) da Eletrobras, os projetos financiados pela 1ª série da 3ª emissão de debêntures da CGT Eletrosul referem-se a obras de melhoria e reforço em subestações, além do seccionamento de linhas de transmissão da Companhia. Esses projetos estão classificados na categoria “Transmissão de Energia”, conforme previsto no GFF.

Os projetos considerados elegíveis para a alocação dos recursos captados pela emissão foram descritos no documento referente ao Descritivo dos Projetos de Transmissão⁸, bem como estão em conformidade com os critérios definidos no GFF. A ERM verificou que os recursos foram alocados em nove projetos elegíveis, conforme apresentado na tabela abaixo. Para cada projeto, são indicadas as respectivas portarias, atos de autorização e empreendimentos envolvidos.

QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DOS PROJETOS ELEGÍVEIS

Projeto	Empreitada	Portaria	Ato de autorização
Projeto 1	SE Londrina - Ampliação "M": Implantação do 1º e do 2º banco de reatores de barra 525	Projeto 7 Portaria MME 389/2020	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.152/2018
	SE Ijuí - Ampliação "A": Instalação do 3º transformador trifásico, de 230/69-13,8 kV, 83 MVA, e respectivos módulos de conexão 230 kV e 69 kV, nos arranjos barra dupla a quatro chaves e barra principal e transferência, na Subestação Ijuí 2 230/69 kV		
Projeto 2	SE Londrina Copel - Ampliação Eletrosul: Implantação de 02 Entradas de Linhas 230 kV	Projeto 5 Portaria MME 389/2020	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.576/2019
	Seccionamento LT Londrina – Assis na SE Londrina Copel		
Projeto 3	SE Joinville – Ampliação "L": Substituição dos TF3 e TF7 (230/138 13,8 kV com 100 e 75 MVA respectivamente) e do TF8 (230/69-13,8 kV com 100 MVA) por 03 unidades de 150 MVA cada e do TF5 (138/69 13,8 kV com 33 MVA) por outro de 66 MVA	Projeto 4 Portaria MME 389/2020	Resolução autorizativa ANEEL nº 7.529/2018
	SE Desterro – Ampliação "B": Implantação do 1º e do 2º banco de reatores de barra trifásicos 230 kV – 50 MVA cada na SE Desterro e de seus respectivos módulos de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves		
	SE Palhoça - Ampliação "I": Substituição do TF1 230/138 kV, com 84 MVA, por outro de 150 MVA		
Projeto 4	SE Palhoça - Ampliação "J": Substituição dos TF2 e F3 230/138 kV, 75 MVA cada, por 02 unidades de 150 MVA cada	Projeto 8 Portaria	CCT Nº 40003881
	SE Ijuí 2 - Ampliação "B": Implantar, na SE Ijuí 2, um módulo de entrada de linha 69 kV, arranjo		

⁷ CTGE 3 Escritura - Escritura_20210910_000.pdf

⁸ Descritivo projetos - GB versão final com Critérios ASG - Assinatura.pdf

Projeto	Informação	Empreitada	Portaria	Ato de autorização
		barra principal e transferência, referente à LI Ceriluz 3 – Ijuí 2	MME 389/2020	
Projeto 5		SE Caxias 6 - Ampliação "B": CCT nº 1013150004-Implantar, na SE Caxias 6, dois módulos de entrada de linha 69 kV, arranjo barra principal e transferência.	Projeto 1 Portaria MME 850/2021	CCT Nº 1013150004
Projeto 6		AMPLIAÇÃO "D" DA SE Missões - Ampliação "D": CCT nº 40004833- Implantar, na SE Missões, um módulo de entrada de linha 69 kV, arranjo barra principal e transferência	Projeto 2 Portaria MME 850/2021	CCT Nº 40004833
Projeto 7		SE Siderópolis - Ampliação "N": CCT nº 40005867-Implantar, na SE Siderópolis, um módulo de entrada de linha 69 kV, arranjo barra principal e transferência, referente à LI Cocal do Sul – Siderópolis	Projeto 3 Portaria MME 850/2021	CCT Nº 40005867
Projeto 8		Recapacitação da LT 230 kV Blumenau-Joinville Norte (17,26 km)	Projeto 4 Portaria MME 850/2021	Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.655/2021
		Recapacitação da LT 230 kV Blumenau – Joinville (12,35 km)		
		Recapacitação da LT 230 kV Joinville - Joinville Norte (0,2 km)		
Projeto 9		Implantação de reforços nas instalações sob responsabilidade de CGT ELETROSUL. Substituição de 123 equipamentos de pátio sendo 46 Chaves Seccionadoras, 03 Disjuntores, 05 Registradores Digital de Perturbação e 69 Transformadores de Corrente, distribuídos nas SEs: Anastácio, Biguaçu, Blumenau, Caxias 6, Curitiba, Dourados, Farroupilha, Itajaí, Ijuí 2, Gravataí 2, Joinville, Londrina Esul e Nova Petrópolis 2.	Projeto 5 Portaria MME 850/2021	Despacho ANEEL nº 1425/2021

Fonte: Eletrosul; Elaborado pela ERM.

Conforme indicado no Relatório de Finanças Sustentáveis da Eletrobras CGT Eletrosul 2024, o investimento total discriminado para a conclusão dos projetos é estimado em R\$ 196.000.000,00, dos quais R\$ 185.000.000,00 são supridos pelo valor captado através da 1ª Série da 3ª Emissão de Debênture. Do montante total rotulado captado, até dezembro de 2024, a Eletrobras CGT Eletrosul indicou ter alocado R\$ 180.860.000,00, restando um total de R\$ 15.140.000,00 para serem alocados. A tabela a seguir esquematiza as informações financeiras dos projetos, assim como suas correspondências de alocação dos recursos rotulados:

TABELA 1 – ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR PROJETO ELEGÍVEL ATÉ DEZ/2024

Métrica	Investimento total estimado para o projeto (R\$)	Investimento de Debênture estimado para o projeto (R\$ e %)	Investimento total realizado até 31/12/2024 por projeto (R\$)	Investimento de Debênture total realizado até 31/12/2024 por projeto (R\$ e %)	Status do projeto
Projeto					
Projeto 1	R\$ 34.480.000	R\$ 32.000.000 (92,80%)	R\$ 33.860.000	R\$ 32.000.000 (100%)	Concluído
Projeto 2	R\$ 50.180.000	R\$ 48.600.000 (96,85%)	R\$ 52.870.000	R\$ 48.600.000 (100%)	Concluído
Projeto 3	R\$ 45.210.000	R\$ 42.150.000 (93,23%)	R\$ 42.150.000	R\$ 42.150.000 (100%)	Concluído
Projeto 4	R\$ 1.340.000	R\$ 1.200.000 (89,41%)	R\$ 1.750.000	R\$ 1.200.000 (100%)	Concluído
Projeto 5	R\$ 4.730.000	R\$ 4.000.000 (84,57%)	R\$ 5.420.000	R\$ 4.000.000 (100%)	Concluído
Projeto 6	R\$ 2.740.000	R\$ 2.350.000 (85,83%)	R\$ 3.600.000	R\$ 2.350.000 (100%)	Concluído
Projeto 7	R\$ 2.740.000	R\$ 2.350.000 (85,83%)	R\$ 4.590.000	R\$ 2.350.000 (100%)	Concluído
Projeto 8	R\$ 25.350.000	R\$ 23.450.000 (92,50%)	R\$ 15.390.000	R\$ 15.390.000 (65,63%)	Em desenvolvimento
Projeto 9	R\$ 29.490.000	R\$ 28.900.000 (97,99%)	R\$ 21.230.000	R\$ 21.230.000 (73,46%)	Em desenvolvimento
Total	R\$ 196.270.000	R\$ 185.000.000 (94,26%)	R\$ 180.860.000	R\$ 169.270.000 (91,50%)	-

Fonte: Eletrosul; Elaborado pela ERM.

De acordo com GFF da Eletrobras, os recursos captados podem ser alocados em projetos realizados em até 24 meses antes da operação ou, em casos de gastos futuros, a alocação pode ocorrer até o vencimento da operação, mesmo que seja uma condição não alinhada às boas práticas do mercado. Dessa forma, a ERM verificou que as condições de alocação dos recursos remanescentes estão em conformidade com o estipulado, visto que o instrumento financeiro ainda não venceu.

A CGT Eletrosul informou que a alocação total dos recursos e a conclusão das obras dos projetos 8 e 9 estão previstas para o final de 2027, atualizando o cronograma do Relatório de Verificação de 2023, que indicava término em dezembro de 2024 e alocação completa até abril de 2025. A ERM não recebeu evidências que comprovem essa atualização. Ainda assim, a ERM destaca que o novo cronograma permanece alinhado ao Framework, que permite alocações até o vencimento da operação, em 2029.

Por fim, a ERM recebeu e verificou o documento 'Declaração Referente Comprovação da Destinação de recursos da Debêntures 3ª Emissão', enviado à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Agente Fiduciário), datado de março de 2025, o qual demonstra os percentuais de alocação dos recursos até dezembro de 2024, como já indicado na Tabela 1.

AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS

A ERM verificou que o processo de avaliação e seleção dos projetos para alocação dos recursos da 1ª Série da 3ª Emissão da Eletrobras esteve alinhada com o processo estipulado no GFF da Companhia. O processo foi composto por três etapas, como disposto a seguir:

1. ANÁLISE INICIAL

A Eletrobras relatou ter (i) avaliado o enquadramento do projeto conforme os critérios de elegibilidade, os quais são:

- 1) Linhas de transmissão dedicadas a criação de uma conexão direta, ou expansão de uma conexão existente com unidades de geração de energia renovável, conforme descrito no GFF;
- 2) Linhas de transmissão conectadas a rede, onde o fator de emissão da rede é menor do que 100gCO₂eq/kWh gerados, considerando uma média móvel dos cinco anos anteriores a emissão, e;
- 3) Obras de melhorias e/ou reforços de projetos de linhas de transmissão que atendam aos critérios 1) e 2).

Além disso, verificado se (ii) os projetos tiveram desembolsos realizados em 24 meses anteriores à data de emissão do título ou após a data de emissão e antes do prazo de vencimento do instrumento financeiro, e; por fim, foi avaliado se (iii) os projetos se enquadram nos critérios de exclusão definidos no documento.

Nesse sentido, a ERM verificou que os projetos continuam elegíveis aos critérios, assim como verificado no Relatório de Verificação⁹, elaborado pela ERM¹⁰ em julho de 2022, pois não houve mudanças nos projetos financiados.

Como evidência da manutenção da métrica do fator médio de emissão, a Eletrobras indicou o Relatório de Finanças Sustentáveis da Eletrobras CGT Eletrosul 2024¹¹, o qual traz os seguintes dados sobre o fator de emissão do Sistema Integrado Nacional (SIN)¹², entre os anos de 2020 e 2024, demonstrando a conformidade com o ponto (i) da análise inicial:

TABELA 2 – FATOR MÉDIO DE EMISSÃO DO SIN (GCO₂/KWH) – 2020 A 2024

Ano	Fator de emissão
2020	61,7
2021	126,4
2022	42,6
2023	38,5
2024	54,5
Média (2020 - 2024)	64,7

⁹ Microsoft Word - ELETROSUL Relatório de Verificação da 3ª emissão 20220713

¹⁰ Há época, a elaboração do relatório foi conduzida pelo Programa de Finanças Sustentáveis a SITAWI, o qual passou a operar sob o nome NINT em 2022 e, em 2023, foi adquirido pela ERM.

¹¹ Relatório Finanças Sustentáveis CGT Eletrosul 2024.pdf

¹² Os dados foram coletados por meio do site do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - Fator médio - Inventários corporativos — Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Fonte: Eletrobras, Elaborado por ERM

Conforme indicado na seção 'Uso de Recursos' deste relatório, a Eletrobras informou que os R\$ 15.140.000,00 restantes serão alocados até o final de 2027, antes do vencimento da operação e de acordo com o ponto (ii) da análise inicial.

Por fim, nenhum projeto se enquadra na lista de exclusão do GFF da companhia, demonstrando alinhamento com o ponto (iii) da análise inicial.

A ERM também recebeu e verificou a validade das licenças e condicionantes ambientais dos projetos, como exposto abaixo:

QUADRO 3 – SITUAÇÃO AMBIENTAL E REGULATÓRIA DOS EMPREENDIMENTOS

Empreendimento	Documento	Data de vencimento
SE Londrina	Licença de Operação 1225/2014 – 1ª Retificação N°	19/09/2026
SE Desterro	OFÍCIO 680/2020/CGLIN/DILIC N°	-
SE Palhoça	Licença de Operação 1225/2014 – 1ª Retificação N°	19/09/2026
SE Ijuí 2	Licença de Operação 02167/2024 N°	28/06/2029
SE Caxias 6	Licença de Operação 02167/2024 N°	28/06/2029
SE Siderópolis	Licença de Operação 1225/2014 – 1ª Retificação N°	19/09/2026
LT Blumenau - Joinville Norte	OFÍCIO 215/2023/CGLIN/DILIC N°	-
LT Joinville - Joinville Norte	OFÍCIO 215/2023/CGLIN/DILIC N°	-
LT 230 kV Blumenau - Joinville	Licença de Operação 1225/2014 – 1ª Retificação N°	19/09/2026
SE Joinville	Licença de Operação 1225/2014 – 1ª Retificação N°	19/09/2026
SE Missões	Licença de Operação 02167/2024 N°	28/06/2029
SE Blumenau	Licença de Operação 1225/2014 – 1ª Retificação N°	19/09/2026
SE Nova Petrópolis 2	Licença de Operação 02167/2024 N°	28/06/2029

Fonte: Eletrosul; Elaborado pela ERM.

Ainda nesse sentido, a Eletrobras indicou que o processo de licenciamento ambiental para os projetos vinculados as subestações Ijuí, Londrina Copel, Anastácio, Biguaçu, Curitiba, Dourados, Farroupilha, Gravataí 2, Londrina Esul e Itajaí não estão sujeitas à exigência de processos de

licenciamento ambiental, conforme verificado pela ERM por meio do documento 'DESPACHO Nº 1.425, DE 24 DE MAIO DE 2021¹³', emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Por fim, a ERM solicitou também evidências referente ao Cadastro Ambiental Rural¹⁴ (CAR) dos empreendimentos que compõem os projetos elegíveis. Sobre o tema, a Eletrobras disponibilizou um parecer de Solicitação de Análise Jurídica interno, elaborado pela área jurídica da empresa expressando o entendimento da não necessidade do documento para os respectivos empreendimentos sob gestão da Eletrobras CGT Eletrosul.

2. AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS ASG

O GFF da Eletrobras define que os projetos devem ter seus critérios ASG avaliados para corroborar com a elegibilidade para a alocação dos recursos de acordo com os critérios presente no Anexo I do documento¹⁵. A ERM verificou que o documento Descritivo dos Projetos de Transmissão¹⁶ foi elaborado com apoio das áreas de meio ambiente, operação e transmissão da Companhia para demonstrar a conformidade com os critérios ASG definidos no Anexo I.

A ERM verificou também, ainda no relatório emitido em 2022¹⁷, que esses critérios estão incorporados na Proposta de Resolução da Diretoria, o qual também aprova a classificação dos projetos como verdes e, portanto, elegíveis. Além disso, o relatório submetido à Diretoria Executiva sobre a autorização da Eletrobras para incluir o selo verde na emissão da CGT Eletrosul destaca que a verificação da elegibilidade dos projetos considera os requisitos ASG do *Framework*.

Como não houve alterações nos projetos elegíveis, a ERM considera que os critérios de avaliação continuam válidos e conforme o estipulado no GFF.

3. PRIORIZAÇÃO

Embora o *Green Finance Framework* estabeleça como prioridade os projetos *Greenfield*, também é possível priorizar iniciativas *Brownfield*, categoria na qual se enquadra os projetos contemplados pelos recursos da 1ª série da 3ª emissão da CGT Eletrosul, que inclui projetos voltados à ampliação de subestações já existentes e ao seccionamento de linhas de transmissão.

Dessa forma, a ERM entende que os projetos elegíveis estão em conformidade com o estabelecido no GFF.

¹³ [Despacho 1425 2021 da ANEEL BR](#)

¹⁴ [Cadastro Ambiental Rural](#)

¹⁵ [Eletrobras Green Bond Framework 20220503.pdf](#)

¹⁶ [Descritivo projetos - GB versão final com Critérios ASG - Assinatura.pdf](#)

¹⁷ [Microsoft Word - ELETROSUL Relatório de Verificação da 3a emissão 20220713](#)

GESTÃO DE RECURSOS

Conforme estabelecido pelo *Green Finance Framework* da Eletrobras e descrito na escritura da emissão, os recursos captados por meio da 1ª Série da 3ª Emissão de Debêntures foram alocados em projetos de reforços de subestações e seccionamento de linhas de transmissão de energia elétrica da CGT Eletrosul, aprovados como projetos prioritários pelo Ministério de Minas e Energia (MME) por meio da Portaria nº 389 de 27 de outubro de 2020 e da Portaria nº 850 de 20 de agosto de 2021.

Nesse sentido, a ERM verificou, por meio do Relatório de Finanças Sustentáveis 2024 da Eletrobras CGT Eletrosul¹⁸ – documento não auditado externamente – o monitoramento realizado sobre a alocação dos recursos alocados até dezembro de 2024, distinguindo entre o montante total de recursos da debentures já alocados por projeto, o valor total do projeto e a quantia restante para a totalidade dos valores estimados para cada projeto (ver Tabela 1). Os valores referentes à alocação também foram assegurados por meio do documento enviado ao Agente Fiduciário, o qual a ERM teve acesso. Segundo a Companhia, a Área de Finanças Corporativas foi a responsável pela gestão dos recursos captados.

Ainda como estipulado pelo GFF, os recursos ainda não alocados seriam mantidos em forma de caixa, equivalentes de caixa, depósitos líquidos ou outros instrumentos que não tenham impacto negativo sobre o clima. Nesse sentido, a companhia apresentou à ERM extrato bancário o qual demonstrou que, em dezembro de 2024, haviam investidos temporariamente R\$ 1.375.343,69 no fundo de investimento BB ELET BANCOS FIF e, R\$ 109.622.931,82 investidos temporariamente no fundo BB ELT FIC RF LP, somando um lastro total de R\$ 110.996.275,51. Com isso, esse montante foi alocado em instrumentos elegíveis conforme o GFF, superando os R\$ 4.140.000,00 ainda pendentes de alocação referentes à 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrobras.

Dessa forma, a ERM verificou o alinhamento do processo de gestão dos recursos com o *Framework*.

¹⁸[Relatório Finanças Sustentáveis CGT Eletrosul 2024.pdf](#)

RELATO

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

O *Green Finance Framework* da Eletrobras estabelece que serão reportados, anualmente, indicadores a nível de projeto e a nível agregado em seu *website* e relatórios dedicados, como o Relatório de Sustentabilidade, até a alocação total dos recursos captados nos projetos elegíveis ou até a maturidade dos títulos emitidos. Nesse sentido, a ERM verificou que a Eletrobras divulgou, a nível de projeto e agregado, no Relatório de Finanças Sustentáveis da Eletrobras CGT Eletrosul 2024¹⁹ os seguintes indicadores:

TABELA 3 – INDICADORES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA ELETROBRAS CGT ELETROSUL (2024)

Nível do indicador	Indicador	
Projeto	Descritivo dos projetos	Quadro 1
	Status dos projetos	Quadro 1
	Estrutura de Financiamento	Tabela 1
	Previsão de desembolso do projeto	-
	Controladora da emissão da dívida verde	Eletrobras CGT Eletrosul
Agregado	Montante total alocado aos projetos vis-à-vis o montante total captado (%)	Tabela 1
	Saldo dos recursos líquidos ainda a ser alocado	Tabela 1
	Instrumentos financeiros nos quais serão mantidos os recursos ainda não desembolsados	-
	Percentual de recursos utilizados para financiamento x refinanciamento dos projetos elegíveis (%)	Escritura da emissão

Fonte: Eletrosul; Elaborado pela ERM.

Apesar dos indicadores 'Previsão de desembolso do projeto' e 'Instrumentos financeiros nos quais serão mantidos os recursos ainda não desembolsados' não serem relatados no Relatório de Finanças Sustentáveis da Eletrobras CGT Eletrosul 2024, a ERM teve acesso a tais informações, e entende que isso não afeta o processo já estabelecido de relato da Eletrobras.

RELATÓRIO DE IMPACTO

O GFF da Eletrobras estabelece que será feito relato dos indicadores de impacto dos projetos elegíveis, suas metodologias e linhas de base utilizadas no *website* da empresa ou no relatório de sustentabilidade anual. A ERM verificou o relato dos seguintes indicadores, como estipulado pelo *Framework*, no Relatório de Finanças Sustentáveis da Eletrobras CGT Eletrosul 2024 e no Relatório Anual de Sustentabilidade da Eletrobras de 2024²⁰.

¹⁹ [Relatório Finanças Sustentáveis CGT Eletrosul 2024.pdf](#)

²⁰ [Eletrobras RA 2024.pdf](#)

TABELA 4 – INDICADORES DE IMPACTO DA ELETROBRAS CGT ELETROSUL (2024)

Indicador	Quantia
Fator médio de emissão do Sistema Integrado Nacional (SIN) nos últimos cinco anos:	64,7 gCO ₂ /KWH (média entre 2020 e 2024)
Número de acidentes:	Severos: 0
	Fatais: 1
Ações sociais implementadas:	Relatório Anual da Eletrobras 2024 – nenhuma ação diretamente ligada aos projetos elegíveis
Beneficiários das ações sociais implementadas:	Relatório Anual da Eletrobras 2024 – nenhuma ação diretamente ligada aos projetos elegíveis
Ações para proteção e restauração da biodiversidade:	Relatório Anual da Eletrobras 2024 – nenhuma ação diretamente ligada aos projetos elegíveis
Controvérsias ASG:	Painel digital 'Energia Limpa' ²¹

Fonte: Eletrosul; Elaborado pela ERM.

Dessa forma, a ERM entende que o relato está alinhado com o *Framework* de Finanças Sustentáveis.

²¹ [Energia a Limpo](#)

CONTROVÉRSIAS ASG

Foi realizada uma pesquisa de controvérsias ASG envolvendo a Eletrosul que tenham gerado repercussão negativa na mídia e em portais de fiscalização ambiental e trabalhista, visando analisar se a companhia mitiga impactos adversos a partir de seus sistemas, políticas e ações. Em relação as controvérsias indicadas no último relatório de verificação²², não foram identificadas evoluções nos casos. Entretanto, entre dezembro de 2023 até a elaboração do presente relatório, foram encontrados um total de 2 novos casos controversos relevantes e, pela resposta da Eletrobras, entendemos que foram adotadas medidas para mitigar os danos e prevenir recorrências, como demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 4 – CONTROVÉRSIAS ASG

Controvérsias ASG		
Controvérsia	Severidade	Responsividade
<p>Dezembro/2023 - A Justiça Federal homologou um acordo entre o Ministério Público Federal, a Eletrosul e a Comunidade Indígena Maciambu, localizada em Palhoça (SC). A empresa se comprometeu a pagar R\$ 627.720,00 como compensação pelos impactos causados pelas obras de reforço eletroenergético na Ilha de Santa Catarina. O valor será destinado à execução de projetos voltados ao fortalecimento cultural, ambiental e social da comunidade indígena afetada²³.</p>	<p>Severa</p>	<p>Remediativa - A Eletrobras informou que está em fase de cumprimento do acordo judicial celebrado no processo, e como parte desse compromisso, apontou intimação da Funai para identificação da Terra Indígena Cambirela, conforme previsto no acordo. A empresa também indicou que a Funai está em processo avaliação técnica e institucional da identificação da área demarcada. Ainda nesse sentido, a Eletrobras disponibilizou documento que demonstra o cumprimento das obrigações pactuadas judicialmente, bem como o acompanhamento dos desdobramentos processuais.</p>
<p>Julho/2024 - A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Eletrobras CGT Eletrosul a pagar uma indenização de R\$ 50 mil a um eletricitário que trabalhava até 72 horas por semana. O trabalhador, admitido em 1997, atuava em turnos de revezamento de oito horas, mas frequentemente cumpria jornadas de até 12 horas diárias sem intervalos. A decisão reconheceu que essa carga horária excessiva causou danos existencial, prejudicando sua vida pessoal, familiar e social²⁴.</p>	<p>Severa</p>	<p>Remediativa - A Eletrobras informou que o reclamante trabalhava em regime de revezamento em Candiota, com jornada de 8 horas diárias, conforme acordo coletivo, apesar da norma prever turnos de 6 horas. O juízo entendeu que a realização de horas extras invalidava o acordo, condenando a empresa ao pagamento das horas excedentes à 6ª diária. A indenização por dano moral, inicialmente concedida, foi retirada em segunda instância, mas restabelecida pelo TST. Todos os recursos foram esgotados e a decisão transitou em julgado, restando apenas a fase de liquidação.</p>

Fonte: ERM

Foi verificado, ainda, que Eletrosul não consta no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo) divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

²² PARECER INDEPENDENTE

²³ [Vara Ambiental homologa acordo e Eletrosul pagará R\\$ 627 mil à comunidade indígena de Palhoça \(15/12/2023\) – Marcelo Bona Advogado](#)

²⁴ [Concessionária de energia vai indenizar eletricitário que trabalhava 72 horas por semana - TST](#)

ANEXO I - LISTA DE VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE

TABELA 5 - DOCUMENTOS VERIFICADOS PELA ERM

Nº	Documento
1	RELATÓRIO COMPLEMENTAR DE VERIFICAÇÃO DOS PADRÕES DE DESEMPENHO DO INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC)
2	Licenças ambientais, Ofícios Ambientais e Termo de compromissos ambientais.
3	Solicitação de Análise Jurídica
4	Relatório de atendimento ao plano de gestão ambiental
5	Extratos bancários
6	Declaração referente comprovação da destinação de recursos das debêntures 3ª emissão
7	Escritura da emissão
8	Relatório de Finanças Sustentáveis da Eletrosul CGT Eletrobras 2024
9	Relatório anual da Eletrobras de 2024
10	Consulta processual unificada
11	Acordo coletivo CGTEE 2010/2021
12	Documento IGS 2.0 – Módulo Ambiental

Fonte: ERM

ANEXO II - MÉTODOS

O Relatório de Verificação de *Framework* anual da ERM é baseado em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente, como os *Green Bond/Loan Principles* (GBP/GLP), *Social Bond/Loan Principles* (SBP/Loan) e *Sustainable Bond Guideliness*. Tal metodologia consiste em uma averiguação das características do *Framework* e as condicionantes de Uso de Recursos, Avaliação e Seleção dos Projetos, Gestão dos Recursos e Relato.

A metodologia é dividida em cinco componentes principais:

- I. **Uso de Recursos:** Verificação da alocação dos recursos captados em projetos elegíveis de acordo com os parâmetros estabelecidos no *Framework* por meio de documentos relevantes das operações financeiras.
- II. **Avaliação e Seleção de Projetos:** Verificação dos procedimentos utilizados na escolha dos ativos e projetos investidos e o alinhamento desses com a estratégia de financiamento do *Framework*, além dos benefícios socioambientais esperados.
- III. **Gestão dos Recursos:** Verificação da maneira como ocorreram as alocações, verificação da ocorrência ou não de sobreposição de gastos, e verificação dos mecanismos financeiros utilizados para as alocações temporárias, garantindo a conformidade com os critérios estabelecidos pelo *Framework*.
- IV. **Relato:** Verificação do reporte regulares aos investidores e/ou público em geral, por meio de relatórios dedicados, detalhando o uso dos recursos, os projetos financiados e os impactos ambientais e/ou sociais alcançados em um determinado espaço temporal, com critérios definidos no *Framework*.
- V. **Análise de Controvérsias ASG:** Identificação e avaliação de controvérsias relacionadas aos aspectos ambientais, sociais e de governança da Empresa emissora do *Framework* e das operações financeiras dos projetos associados, com o objetivo de verificar a existência de repercussões negativas na mídia e em portais governamentais, avaliando se a Companhia adota medidas para mitigar impactos adversos por meio de seus sistemas, políticas e ações.

• CONTROVÉRSIAS

QUADRO 5 - NÍVEIS DE SEVERIDADE RELACIONADOS ÀS CONTROVÉRSIAS

Níveis de Severidade	Parâmetro
Baixa	Controvérsias de menor impacto ou com poucos indivíduos impactados. Descumpra a lei e/ou impacta negativamente os stakeholders, causando danos de baixa gravidade. O nível de dificuldade e/ou custo associado à remediação são baixos.
Moderada	Descumpra a lei e/ou impacta negativamente os stakeholders, causando danos de gravidade moderada. O nível de dificuldade e custo associado à remediação são medianos.
Severa	Descumpra a lei e/ou impacta negativamente os stakeholders, tendo causado danos significativos (em larga escala e/ou alta intensidade). A gravidade do impacto é alta e o nível de dificuldade e custo associado à remediação são altos, mas ainda existentes.

Ex.: Infrações ambientais, trabalhistas ou de segurança envolvendo sanções relevantes, impactos negativos em comunidades, trabalhadores ou consumidores de forma significativa (sem danos permanentes ou irreversíveis), poluição de recursos naturais, descarte inadequado de resíduos, desmatamento, acidentes industriais.

Muito severa

Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os stakeholders, sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa. É o nível mais alto de severidade, e referem-se os piores cenários socioambientais possíveis. De modo geral, envolvem impactos milionários ou bilionários, e/ou grande repercussão negativa na opinião pública, e/ou danos permanentes à imagem da empresa e/ou penalizações que colocam em xeque a continuação das atividades de uma companhia.

Ex.: Desastres ecológicos, poluição em larga escala, destruição de habitats naturais, violação de direitos humanos, deslocamento de comunidades, trabalho forçado ou infantil, fraudes contábeis, corrupção, manipulação de dados ou omissão de riscos materiais, produtos perigosos para saúde ou segurança, acidentes fatais, negligência em segurança operacional.

Fonte: ERM

QUADRO 6 - NÍVEIS DE RESPONSABILIDADE RELACIONADOS ÀS CONTROVÉRSIAS

Níveis de Responsividade	Parâmetro
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação e realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
Defensiva	A empresa não assume responsabilidade na controvérsia, seja por estar aguardando um julgamento/posicionamento judicial ou por entender que não deve ser responsabilizada pelo ocorrido; e/ou realiza ações insuficientes para correção dos danos; e/ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação (pública ou retorno para a ERM) da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: ERM

- NÍVEIS DE ASSEGURAÇÃO DO RELATÓRIO**

QUADRO 6 - NÍVEIS DE ASSEGURAÇÃO

Níveis de Asseguração	Parâmetro
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de uma asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.

Limitado

Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Fonte: ERM



A ERM TEM MAIS DE 160 ESCRITÓRIOS NOS SEGUINTE PAÍSES E TERRITÓRIOS EM TODO O MUNDO

Argentina	Países Baixos
Austrália	Nova Zelândia
Bélgica	Peru
Brasil	Polônia
Canadá	Portugal
China	Romênia
Colômbia	Senegal
França	Cingapura
Alemanha	África do Sul
Gana	Coreia do Sul
Guiana	Espanha
Hong Kong	Suíça
Índia	Taiwan
Indonésia	Tanzânia
Irlanda	Tailândia
Itália	EAU
Japão	Reino Unido
Cazaquistão	EUA
Quênia	Vietname
Malásia	
México	
Moçambique	

ERM Brasil

Avenida Luis Carlos Berrini,
nº105 - Edifício Thera
Corporate, cj 171 - Cidade
Monções - São Paulo - Estado
de São Paulo.

www.erm.com